

COMUNIDADES ECLESIAIS



CEBs:
enfrentando
os problemas
coletivamente

Origens e desenvolvimento

ANTONIO FLÁVIO DE OLIVEIRA PIERUCCI

De algumas dezenas no final dos anos 60, as Comunidades Eclesiais de Base já chegaram a dezenas de milhares no início dos 70. O número de CEBs no Brasil, ninguém sabe com exatidão. O próprio Ceris, organismo de estatísticas da CNBB, não consegue mais que estimativas.

Em 1974, calculava-se que estavam em torno de 40 mil. Em 1979, estariam na casa dos 80 mil. Ou seja, em apenas cinco anos seu número teria dobrado. No final de 1981, o senador Jarbas Passarinho deu o alarme: as CEBs já seriam 200 mil!

Difícil avaliar, com base em dados numéricos, o peso político das Comunidades de Base, fenômeno que se dá sob o signo da heterogeneidade (o que dificulta até mesmo sua descrição).

Heterogêneas são as origens da CEBs e as circunstâncias de seu nascimento. Algumas surgiram de experiências de renovação paroquial; outras, da insatisfação de um grupo de militantes com as estruturas massificantes da paróquia, vista como "assembléia de estranhos"; umas por iniciativa do bispo, do padre ou da freira; outras por iniciativa de leigos.

Atualmente, há uma diversidade grande

de pontos de partida, conforme as condições de vida locais bem como as carências religiosas, estas o mais das vezes motivo imediato de sua criação; uma aldeia ou uma vila de periferia sem padre; a necessidade de construir um local para o culto ou para reuniões; um local cedido para um movimento de reivindicação urbana ou militância sindical, ou uma luta pela posse da terra. Tudo pode ser o início de uma CEB.

As CEBs são heterogêneas em sua composição social. Muito embora congreguem, na maior parte, indivíduos dos estratos mais baixos de renda, o corte cidade-campo introduz diferenças importantes.

Além do que, as CEBs urbanas, organizando-se por local de moradia, trazem em si a variedade de classes dos setores populares que habitam as periferias urbanas.

Se os membros de CEBs têm em comum o fato de serem católicos, também este dado é heterogêneo em termos de história de vida. Alguns eram praticantes; outros mais que isso, militantes; outros, apenas católicos de nome. Uns tiveram educação religiosa, outros apenas a tradição familiar.

Desse modo, as atitudes em relação à

fé, à hierarquia, ao clero são bem diversas. Da velhinha de 70 anos que reza muito, não sai da igreja e "adora padre", ao jovem católico de esquerda que constrói uma identidade católica de tipo secularizado, passando pelo militante operário experimentado em longos anos de "catolicismo social" aprendido na Juventude Operária Católica (JOC) e na Ação Operária Católica (ACO).

Heterogênea ainda, sua armação comunitária. A gama de situações, que vai dos "grupos de rua" que se reúnem semanalmente quase que apenas para a reza do terço, passando pelos grupos de reflexão em torno de roteiro preestabelecido pelo vigário ou pela diocese, até grupos mais estruturados de auto-ajuda permanente (compra comunitária, creches, cursos), se torna ainda mais complexa pela diferença de ênfase nas atividades: religiosas (celebrações da Palavra, da Eucaristia, da Unção dos Enfermos, romarias, terços, viasacra, novenas), caritativas (dítas de emergência), educativas e promocionais (alfabetização, cursos de informação, clubes de mães), políticas (de reivindicação, de denúncia, de sindicalização, de apoio a greves etc.).

Diferenças existem ainda na periodicidade das reuniões e na freqüência dos participantes, resultando em variações no tamanho e, conseqüentemente, no modelo interno de organização.

Finalmente, não se devem esquecer as diferenças de envolvimento dos membros de uma mesma CEB. De modo geral, em cada uma existe um grupo mais ativo, que se mantém em ligação estreita e imediata com os escalões superiores da Igreja.

Mas o raio de influência de uma Comunidade de Base avança para além dos que a integram. E isto não apenas em mobilizações da população local como também nas celebrações, que têm lugar na paróquia ou no Centro Comunitário, com a presença daqueles católicos todos que mantêm o compromisso da "missa dominical". E que, geralmente, as CEBs tomam a si o encargo de dinamizar a participação dos fiéis no culto através de folhetos explicativos, intervenções em momentos de reflexão, cânticos com letras de conteúdo engajado, orações em voz alta e assim por diante.

Uma Comunidade de Base jamais se fecha sobre si mesma. Afinal, ela é a Igreja católica implantando-se nas "bases" da sociedade brasileira.



JUCA MARTINS

CANDIDO PROCOPIO FERREIRA DE CAMARGO

A Igreja do Povo

Palavras não substituem fatos. Por vezes ocultam-nos e às vezes os revelam. Penso que o verbo *caminhar*, o substantivo *caminhada*, reiteradamente repetidos em entrevistas e conversas com participantes das Comunidades Eclesiais de Base da Grande São Paulo, refletem em grande medida a realidade. Trata-se de vocábulos dinâmicos; acentuam mudança e movimento. Indicam também, inequivocamente, um projeto de superação direcionado para o futuro.

Na trajetória da caminhada das Comunidades Eclesiais de Base conhece-se, como sempre, o ponto de partida e há informações sobre o percurso realizado, mas as virtualidades de seu porvir se encaminham e se obscurecem na vislumbrada utopia que os teólogos chamam de Reino.

A idéia de Reino e de Reino de Deus suscita a lembrança daquilo que os cientis-

As comunidades representam a Igreja em sua forma mais rejuvenescida

tas sociais classificam como messianismo — a espera da iminente e dramática irrupção de Messias, salvador prometido que vai instaurar o Reino.

Enganosa analogia. Parcela da Igreja católica, as Comunidades Eclesiais de Base participam e expressam, a seu modo, a ideologia e a estrutura da Igreja na maior metrópole brasileira. Não se poderia compreendê-las como seitas, heresias ou movimentos separados. Constituem Igreja em sua forma mais rejuvenescida.

A natureza burocrática do poder eclesiástico, fundado na normatividade do Direito Canônico, bem como a racionalidade da prática pastoral da Arquidiocese conjugam-se com o *ethos* de camadas de baixa renda a que pertencem os membros das Comunidades Eclesiais de Base — homens e mulheres envolvidos, em diversos níveis de qualificação, no emaranhado da produção industrial e da prestação de serviços em uma área metropolitana.

Diversamente dos movimentos messiânicos — que surgiram como heresias insufladas, em toda a história do Ocidente cristão, por um radicalismo de desespero —, ocorre na experiência comunitária a esperança fundada em uma leitura da Bíblia. E que se exerce na prática fraterna da ajuda mútua (entendida como autêntica e contemporânea "imitação do Cristo") e na ativa procura de soluções racionais e possíveis para problemas da vida cotidiana gerados pela sociedade autoritária e excludente. Naturalmente, o desenvolvimento das Comunidades Eclesiais de Base, sendo Igreja, constitui renovação da Igreja.

Democracia e cautela

O meticuloso processo de discussão e de decisão interna nestas comunidades mostra-se de feito democrático e extremamente cauteloso face a influências ou envolvimento externos. Em seu processo decisório, redimensionam, parcialmente, o verticalismo da prática eclesiástica tradicional.

Este modelo de exaustiva discussão nas bases, significativamente presente em organizações não confessionais (como oposições sindicais e partidos políticos), foi cognominado de *basismo*. Dependendo da vertente política do observador, a conduta social expressa pelo basismo é considerada em termos valorativos ou depreciativos. De todo modo, representa, na organização

da Igreja, um início de alteração na forma e na substância do relacionamento entre os leigos e os religiosos, os sacerdotes e os bispos.

Insistindo no reconhecimento da natureza eclesial e católica das comunidades, não se pode ignorar que o monopólio sacramental e a autoridade derivada do cargo eclesiástico são insuficientes para explicar o dinamismo das comunidades. As qualidades de liderança pessoal parecem indispensáveis para o desenvolvimento da caminhada comunitária. Neste sentido, avulta na Igreja a importância relativa dos leigos, redefine-se a natureza do poder. Em certa medida, as Comunidades Eclesiais de Base desburocratizam a própria instituição eclesiástica.

A valorização da importante participação feminina representa uma oportunidade de atribuição de novos papéis às mulheres já amplamente atuantes em formas de religiosidade popular.

O crescimento quantitativo das comunidades e o amadurecimento político de suas experiências internas não questionam diretamente o poder da hierarquia. Poder-se-ia antes afirmar que o apoio que lhes confere a pastoral arquidiocesana assegura legitimidade a essas formas populares de organização e ao desenvolvimento de ideologias afins com as condições de vida das populações da periferia.

Se fatores sociais abrangentes influenciaram o desenvolvimento das Comunidades de Base, sua natureza eclesial decorre de profundas mudanças ocorridas no conjunto da Igreja católica nos últimos dois decênios.

Estas alterações afetaram de modo evidente o que se pode considerar a dimensão religiosa da ética social e política da instituição. Mas foram também importantes quanto à reformulação litúrgica e nas estratégias de convivência da hierarquia com modalidades de religiosidade popular de expressão católica.

Mudanças percebidas em posturas da Igreja católica, marcadamente acentuadas no Brasil, ocorrem em níveis diversos na América Latina, em países da África, nas Filipinas e na Coreia do Sul, evidenciando suas possíveis virtualidades como uma força social transformadora em países do Terceiro Mundo. Os condicionantes dessa ampla transformação da Igreja católica só podem ser encontrados nas inter-relações de elementos internos à instituição e de fato-

res mais abrangentes de algumas sociedades contemporâneas.

Com sólidas razões, o pensamento católico renovado refere-se ao seu próprio patrimônio axiológico como fundamento das opções atuais.

A sagrada ira dos Profetas, a história da libertação do povo de Deus do jugo do faraó, a fraternidade comunista da Igreja Primitiva até o complexo desenvolvimento de sua milenar tradição acumularam uma extraordinária riqueza de valores que justifica a sua leitura seletiva da história do catolicismo pelos teólogos da libertação.

Naturalmente, a persistência histórica da instituição supôs transformações essenciais para sua sobrevivência e a comparação legitimadora com a Igreja Primitiva não explicita o caráter de seita da organização social dos primeiros cristãos.

Não ajuda também a compreender as dificuldades e obstáculos encontrados por uma igreja contemporânea que devido a sua própria natureza institucional pervade todas as camadas sociais, embora desejando colocar no centro de sua ética social a opção preferencial pelos pobres.

A Igreja e o Estado

Considerando os aspectos externos a instituição, convém assinalar o que há de mais fundamental na história do desenvolvimento do capitalismo industrial.

Em primeiro lugar, configura-se a revolução burguesa disposta a erigir uma ideologia leiga de corte anti-religioso e anticlerical em contradição com as funções de aparato do Estado da Igreja católica no *Ancien Régime*, ao qual emprestava formal legitimação.

Embora os padres dos camponeses tenham voltado logo em entendimento com Napoleão para servirem de instrumentos de acomodação de amplas camadas de classes pobres, sobretudo rurais, a ideologia católica expressa pelo Syllabus revelava seu antagonismo à democracia liberal e ao pluralismo ideológico.

A Doutrina Social da Igreja não deixou de criticar o direito absoluto de propriedade inscrito no Direito Civil, no chamado Código de Napoleão, modelo da legislação capitalista a respeito da propriedade privada.

Data apenas do pontificado de Leão XIII, na última década do século XIX, o início de uma plena aceitação, seguramente

crítica e moralizante, do modo de produção capitalista.

Com o desenvolvimento do capitalismo, a Igreja enfrentou contradições com o Estado, especialmente em relação ao seu aparato educacional, e viu sua cosmovisão ameaçada pelo crescimento de ideologias laicas, naturalistas, positivistas e cientificistas.

O conflito ideológico abrandou-se gradativamente, aceitando a Igreja perder parte considerável de esferas anteriormente legítimas de saber.

Nos países de capitalismo central, a luta proletária veio alterar as condições de trabalho, mas as conquistas da classe trabalhadora foram seguidas com atraso histórico pela ideologia formal da Igreja.

Em países de capitalismo periférico, entretanto, as reformulações em torno da chamada "questão social" não deixaram de criticar os aspectos mais brutais de exploração econômica.

De todo modo, viu-se a Igreja católica compelida a conviver com um Estado que se não a via como antagônica, considerava-a supérflua, mero ornamento solene de formas de dominação essencialmente leigas.

Desnecessária como aparato do Estado, enfrenta a Igreja as novas condições de relacionamento das classes sociais. O antagonismo das classes no modo de produção capitalista, especialmente em suas formas selvagens vigentes no Terceiro Mundo, veio a dificultar a manutenção da antiga teoria da organicidade da estrutura social.

Ideologia herdada do estoicismo, o pensamento cristão defendeu a idéia da intrínseca dignidade inerente a cada estamento social.

Embora ainda mantendo restrições quanto à concepção de luta de classes, a Igreja é levada a tomar consciência das contradições próprias à estrutura social capitalista e expressa seu juízo ético e político através de conceitos como "o mundo do trabalho", o "povo da periferia" e outros.

Na realidade, torna-se inviável a retórica da organicidade, doutrina ainda mais difícil de se sustentar face ao reconhecimento explícito pela teoria sociológica da natureza das classes sociais e de suas tensões.

Migrantes e camponeses

Acresce ao estrutural distanciamento em relação ao Estado capitalista e às próprias

A ira dos Profetas e a fraternidade primitiva na teologia da libertação

Pentecostalismo e umbanda: as respostas para as angústias do viver cotidiano

contradições da Igreja, reproduzindo internamente o antagonismo das classes sociais, a contínua diminuição da população agrária — mesmo em países do Terceiro Mundo —, retirando as bases do catolicismo rústico e popular. As cidades brasileiras viram-se infladas de migrantes que passaram a necessitar de outros ingredientes de consolação que os referidos à sociedade agrária.

A população urbana tem encontrado de modo crescente, na salvação pentecostal e na gnose umbandista, respostas para as angústias de seu viver cotidiano. Apagam-se do cenário religioso os cultos voltados ao controle da natureza — das chuvas, das pestes e da fecundidade, emergindo uma aspiração religiosa centrada nas sentidas carências da vida urbana de camadas de baixa renda.

Carências que ainda mais se agudizam face ao espetacular efeito de demonstração dos bens de consumo na sedução da propaganda.

As Comunidades Eclesiais de Base atendem, a seu modo, as mesmas dificuldades sofridas pelas populações da periferia que explicam a conversão ao pentecostalismo e a adesão à umbanda. Em primeiro lugar, incentiva-se como em outras religiões populares a formação de comunidades, surgindo em pequenos grupos relações fraternais, igualitárias e voltadas para o auxílio mútuo.

Eco de comunidades antigas, trata-se entretanto de um fenômeno novo cuja razão de ser talvez esteja na tessitura dessociativa da sociedade metropolitana. A áspera determinação da sociedade como que gera seu contrário, a comunidade representada por diferentes e estreitos liames de relacionamento humano.

Conjuntamente com o desenvolvimento comunitário, renova-se a memória do ritual católico, com as suas orações sempre recordadas, os terços, a missa e as novas práticas litúrgicas.

A formação da vida comunitária já constitui sólida expressão e fundamento da experiência religiosa centrada na fraternidade humana. As mesmas dificuldades que levam à busca da sacralidade pentecostal emergem necessariamente na ética das Comunidades Eclesiais de Base.

O cuidado com a saúde, os padrões de relacionamento humano no trabalho e na vizinhança, a carestia da vida, tudo enfim

que há de mais fundamental para a paupérrima condição humana da periferia constitui objeto da ética social que se constitui nas comunidades. Esta ética social, entretanto, alicerça-se em racionalidade que a distingue da densa sacralidade pentecostal, ou da magia umbandista.

Independentemente do aconchego carinhoso na visita aos doentes, pensa-se em uma terapia que passa pelo circuito da medicina oficial. De maneira ainda mais sistemática, discutem-se os problemas de água, esgoto, lixo, creche etc., relacionados com a preservação da saúde. Além de serem substantivamente racionais, as pormenorizadas discussões que fundamentam o seu processo decisório conferem às Comunidades Eclesiais de Base uma forma democrática de organização.

Transpondo para o bairro as conseqüências da exploração econômica do trabalho, discutem-se os esquemas de luta visando transformar a qualidade de vida no espaço selecionado pela metrópole para localizar seus mais pobres moradores.

Apoio às reivindicações

Se o conflito urbano insere-se centralmente na lógica da ética social constituída pelas comunidades, não se esquece a fundamental exploração do trabalho e o direito e o dever de apoiar as reivindicações trabalhistas e suas estratégias de ação. Com uma ampliada dimensão da vida religiosa, somam-se à ética social — que é política — a sempre reclamada liturgia e a incomparável experiência de conforto e amor da vivência comunitária.

Tudo indica que as comunidades constroem modelo de organização e elaboram ideologia muito próximos às condições existenciais da população pobre da periferia. Sua dimensão religiosa cimenta ainda mais fortemente as convicções dos integrantes e a disponibilidade para a ação, conferindo um pleno sentido religioso para a vida, em contraste com o vazio desesperador da pobreza perdida na grande cidade.

Difícil prever o futuro das Comunidades Eclesiais de Base, a não ser os seus frutos pedagógicos reconhecidos pelos mais críticos observadores. No presente, coloca-se o problema da sua opção política em termos partidários. O que envolve necessariamente outros níveis da instituição eclesial. Tudo indica que a hierarquia católica

no Brasil não está inclinada a criar ou a apoiar um novo Partido Democrata Cristão (PDC), ou qualquer outra sigla que represente politicamente um partido católico. De maneira recíproca, os partidos políticos que se constituem no país não assumem posturas confessionais. Parece haver, entretanto, ao menos na Grande São Paulo, uma natural afinidade entre as Comunidades Eclesiais de Base e o Partido dos Trabalhadores.

As comunidades influenciam outros níveis institucionais organizando-se entre os pobres e para os pobres, assegurando, em seu universo, as opções preferenciais enunciadas pela hierarquia e pelos teólogos da libertação.

Com a renovação da sociedade civil no país, a Igreja não é mais voz e apoio de todos que foram silenciados e desprotegidos. As forças políticas conservadoras preferiram o que se denomina uma "volta à sacristia", confinando a Igreja católica ao campo "espiritual". O que representaria, na prática, a renovação de suas funções ideológicas servindo aos interesses de classes dominantes.

A atuação da Arquidiocese de São Paulo, especialmente suas Comunidades de Base, no apoio e defesa de movimentos grevistas organizados por metalúrgicos, por exemplo, indica a tendência a uma nova modalidade de ação eclesial e preferência ideológica ligada às classes desfavorecidas.

Naturalmente, como Igreja, a instituição reproduz internamente as contradições da sociedade e vive de forma crítica a necessidade de superá-las. Talvez um horizonte de mudanças no antagonismo das classes na sociedade constitua a esperança de uma Igreja que venha a reencontrar sua unidade.

AGRADECIMENTO

A redação deste artigo dependeu da ajuda e colaboração de muitas pessoas. Quero agradecer, em primeiro lugar, aos membros das Comunidades Eclesiais de Base pelas entrevistas concedidas e pela autorização de nos acolher em suas reuniões. A Antonio Flávio de Oliveira Pierucci e Beatriz Muniz de Souza devo generosas sugestões relativas ao conteúdo e à forma deste trabalho. Aos pesquisadores Dora Feiguim, João Carlos Petrini, Maria José Fontellas Rosado Nunes, Plínio Silva Teles, Solange Padilha e Teresa Caldeira agradeço a elaboração de excelentes relatórios e entrevistas. Em tempo, quero agradecer as observações e críticas de Pedro Ribeiro de Oliveira, Teresa Caldeira e Juarez Rubens Brandão Lopes, bem como as contribuições dos demais participantes do seminário realizado no CEBRAP no dia 21 de dezembro de 1981.

Novos Estudos Cebrap
SP, v. 1,2,p.49-53,abr.82

RUTH CARDOSO

Duas faces de uma experiência

Há séculos que o mito da terra sem males move os mais diversos pregadores que, errando pelo mundo, difundem a idéia de um paraíso extraterreno.

Os católicos também estiveram presentes nessa busca e o chavão arquiconhecido — "a religião é o ópio do povo" — foi usado principalmente para criticar as propostas de salvação que supunham o conformismo em vida como condição para alcançar a redenção na eternidade. A terra sem males estava fora do tempo histórico.

Mas a complexidade do mundo atual trouxe mudanças tanto nas idéias dos religiosos como nas de seus críticos. Por toda parte a religiosidade ganha novo fôlego e, em vez de restringir seu campo à seita dos escolhidos, disseminou sua força, servindo como detonador de processos políticos.

Do Irã à Polônia, passando pela África ou pela Irlanda, a força da religião é incontestável. Em cada uma destas situações, a pregação e o seu sentido político são diferentes. Por todos os lados, vemos grupos religiosos assumirem responsabilidades profanas e discutirem os caminhos possíveis para construir uma vida melhor no reino deste mundo.

Para os católicos, este processo significou, entre outras coisas, a substituição de uma visão conservadora do paraíso por uma inesperada crença no papel transformador dos valores religiosos. A Igreja tomou o lado dos oprimidos para redimi-los.

Como parte deste contexto, a popularização das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no Brasil e na América Latina acendeu o debate sobre o papel mobiliza-

Trocando a visão conservadora do paraíso pela redenção dos pobres aqui na terra

dor da Igreja e sobre sua capacidade para difundir uma nova concepção de sociedade e de justiça social.

E qual a novidade dessas utopias? Por que as CEBs são tomadas como instrumentos privilegiados para uma intervenção na realidade social? As respostas a estas perguntas vêm por dois lados. O primeiro analisa a Igreja e as transformações do discurso religioso; e o segundo procura compreender a nova forma de sociabilidade comunitária presente nestes grupos populares.

No primeiro caso, os analistas estão preocupados — e freqüentemente entusiasmados — com as brechas abertas na rígida hierarquia eclesiástica através das transformações na doutrina e na prática dos agentes da Igreja. Atualmente o pensamento católico aponta para o paraíso, mas o coloca na terra e não no céu. Esta aproximação do éden foi possível porque houve a incorporação de uma linguagem científico-política que permitiu qualificar melhor as misérias do povo de Deus. Mas juntando este passo analítico ao misticismo (o racional com o irracional): a Igreja renovada acredita na redenção pelo sofrimento e define a salvação como a luta para implantar a justiça entre os homens.

A outra maneira de ver as CEBs como agentes de mudança enfatiza seu caráter democrático e a participação popular como meio de chegar à verdade. E porque “a voz do povo é a voz de Deus” que podemos acreditar em um futuro melhor, desde que exista um espaço realmente livre para a manifestação da vontade popular.

E é isto que pretendem ser as CEBs, através dos clubes de mães, dos grupos que reúnem jovens, operários ou outras categorias. É o caráter popular dessas associações católicas que desperta o interesse de quase todos os que militam politicamente.

O começo da mudança

Sem dúvida estes dois ângulos de análise desvendam aspectos fundamentais das relações que atualmente unem Igreja e sociedade. A Igreja definiu novos aliados e circunscreveu inimigos, desde o Concílio Vaticano II. Os teólogos mais afinados com as transformações que ocorriam no mundo moderno começaram a ser legitimados e puderam incorporar à doutrina católica a noção um tanto vaga de “libertação”, que caracterizava as expressões

mais fortes dos movimentos sociais dos anos 60.

Estas ideologias libertadoras procuravam quebrar o mecanicismo de algumas análises marxistas que só reconheciam as classes fundamentais como agentes das transformações históricas. O pensamento religioso, entretanto, procura somar o valor estratégico do conceito de classe e a crítica aos micromecanismos de manutenção do poder.

A Igreja se atualizou e, como consequência, entrou no jogo do reino dos homens. Foi buscar nas análises científicas o diagnóstico para os impasses das sociedades capitalistas modernas, e passou do campo da explicação das desigualdades para o campo da denúncia da injustiça social.

O passo difícil nesta tarefa de reunir ciência leiga e pensamento teológico foi a passagem do diagnóstico objetivo da realidade à ação com fundamento moral. Feita a fusão, o finalismo presente em algumas teorias sociológicas fundiu-se facilmente com as utopias religiosas.

E o caminho da salvação transformou-se na luta pela justiça na terra. A redenção existe para aqueles que sofrem, mas já não é um estado fora do tempo e sim um caminho para diminuir as desigualdades.

Essa profunda mudança enraizou a Igreja nas classes dominadas e determinou as opções políticas nos países pobres.

Curiosamente, essa atualização da teologia ocorre no momento em que o pensamento político coloca em causa a visão unilinear da história, comumente associada às explicações marxistas. Nos domínios da ciência começa a ser criticado o finalismo que propõe uma metafórica “terra sem males” como ponto final das transformações necessárias da estrutura social e econômica.

Desvendando caminhos

Os cientistas politicamente comprometidos estão, como os teólogos, empenhados em desvendar caminhos e condições para a construção de uma sociedade igualitária. Entretanto, têm que enfrentar com mais urgência a necessidade de repensar, à luz dos socialismos existentes, a relação entre Estado e sociedade civil. Seu objetivo é descobrir novos rumos para a utopia, tornando-a viável.

Porém, para o pensamento religioso, a utopia é sempre necessária. Enquanto a

ciência a coloca no futuro e precisa esmiuçar as condições que a tornam possível, a teologia faz derivar da condenação do poder a esperança de um mundo melhor, onde Deus estaria presente pela justiça.

Se estivermos no caminho certo (e é ouvir o povo para não se enganar), em algum momento receberemos a graça de encontrar a maneira de acabar com os poderosos e os injustos. O paraíso já não é mais um prêmio, mas sim algo que se conquista com Deus no coração.

Entretanto, a sua imagem continua esfumaçada. É difícil responder qual o modelo de sociedade que se procura, pois a ciência que ajuda no diagnóstico pouco contribui para a cura. Mostra por que as classes têm interesses opostos e por que o Estado é guardião de um sistema de dominação que oprime; mas cultiva uma dúvida metódica sobre o caminho da superação.

É quando a ciência e a política andam juntas que algum poder transformador pode existir, como expressamente supõe o marxismo. Mas só em situações sociais específicas as ideologias ditas científicas têm poder mobilizador. A força da religião, ao contrário, se manifesta por sua capacidade de manter a crença, mesmo em condições muito adversas.

A Igreja cresceu nos períodos mais difíceis de nossa vida política, porque pôde oferecer uma alternativa institucional para a participação nos momentos de maior desmobilização e dificuldade de expressão.

Aqui, como na Polônia, grupos religiosos atuaram como canais de expressão dos desejos do povo. Contudo, nesta matéria, é melhor não levar longe demais a comparação. Para compreender o funcionamento das CEBs, aqui e agora, é bom olhar bem à nossa volta e procurar ver as especificidades da situação brasileira.

Época de Governo militar, de limitações políticas de toda ordem e de desmobilização, os anos 70 foram anos opressivos. E, para surpresa de quase todos, pelos meados daquela década, os setores populares começaram a atuar no cenário público, quer organizando movimentos reivindicativos, quer protestando contra a má qualidade de vida.

Esta presença popular, tão rara em nossa vida política, marcava presença justamente em um momento difícil, quando os canais institucionais de expressão e representação, tais como os sindicatos ou os partidos, estavam sob controle.

É óbvio que a primeira explicação deste processo, que pareceu plausível, mostrava a vitalidade das organizações populares como resultado da ausência da manipulação eleitoreira e populista. A crítica à falta de representatividade dos partidos e sindicatos no período democrático já fora feita e reiterada para explicar os acontecimentos de 1964.

Os novos movimentos eram vistos como a manifestação da força e da pureza do povo, mas que estavam enviesadas por interesses políticos alheios aos setores populares. Neste contexto, as CEBs foram o exemplo vivo da nova articulação popular e democrática.

Sua impressionante expansão foi apresentada como um sintoma da urgência com que os setores de baixa renda desejavam novas formas de participação. E sua presença era visível em todas as lutas do povo.

Os fatos são reais mas a explicação insuficiente. Em primeiro lugar, os movimentos sociais não se apresentaram como substitutos dos partidos ou sindicatos e, por outro lado, o espontaneísmo destas associações também parece duvidoso.

Agora, tomando mais distância, vemos que o número enorme de manifestações visando melhorar as condições de vida pouco somou politicamente para as classes trabalhadoras em seu conjunto. E a discussão sobre a necessidade de partidos ou outros órgãos representativos reaparece.

A descrença no processo eleitoral não parece ter sido tão profunda, pois as eleições, mesmo limitadas, têm sido constantes manifestações de protesto contra o Governo.

Uma comparação

Para colocar melhor estas questões, pode ser útil voltarmos à comparação, lembrando que, neste mesmo período, a organização dos setores populares ocorreu em países muito diversos e que, portanto, não é conveniente vê-la como resultado do regime militar brasileiro. Podemos dizer que foi uma resposta específica dentro de moldes gerais. Certamente a Igreja, sendo uma instituição universal, teve um papel indutor importante, mas é preciso analisar também as mudanças nas condições de manifestação política no momento atual.

Os autores que descrevem os movimen-

Nos opressivos anos 70 houve surpreendente atuação popular

O Estado quer novos atores no diálogo com a população

tos de moradores ou a resistência às imposições de certos planos de remodelação urbana havidos na Europa ou nos Estados Unidos chamam a atenção para as novas características do aparelho de Estado e para a força dos organismos de planejamento que impõem uma "racionalidade" específica às iniciativas estatais.

Os mecanismos tradicionais de representação dos interesses de classe tornam-se impotentes diante da lógica dos planos. Mas é nesta situação que, curiosamente, os movimentos de resistência encontram espaço para pressão. É como se o Estado moderno, ao centralizar e concentrar seu poder, se tornasse vulnerável à expressão direta dos interesses coletivos.

Porém, fazendo agora um balanço geral, vemos que essas manifestações melhoraram o cotidiano mas não colocaram em causa a concentração de poder naquilo que ela garante a segurança da nação e a eficácia da economia. Em suma, a base do poder de Estado não foi ameaçada.

Voltando ao Brasil, vemos que esta forma de organização do poder nas nações de capitalismo avançado — também aqui presente — foi, com certa superficialidade, identificada apenas à centralização e controle políticos exercidos pelo Governo militar. Seria preciso ir mais ao fundo da realidade.

Mostrar que, além das limitações políticas impostas (e não por causa delas), o Estado brasileiro estava transformando sua forma de gerir a coisa pública e passando, ao mesmo tempo, a ser um importante investidor "privado".

Em suma, o país vivia uma reorganização econômica e uma redefinição política, a partir das quais o Estado apresentava uma nova face para dialogar com a população. E, para um novo diálogo, precisava-se de novos atores.

Não estou afirmando que o capitalismo avançado, ao produzir um forte poder executivo, provoca o aparecimento de movimentos sociais que servem como seus interlocutores. Seria ler de modo muito simplório as determinações econômicas e perder toda a ambigüidade dos processos históricos. O importante é notar que assistimos à formação de organizações populares reivindicativas tanto nos países pobres como nos países de industrialização antiga.

O modo de apresentar as demandas populares se assemelha bastante quando os cidadãos enfrentam grandes empresas esta-

tais cuja ação está determinada por uma lógica de eficácia que não inclui os interesses dos usuários. Neste cenário, tanto em sistemas democráticos quanto autoritários, a união dos consumidores em grupos de pressão é uma maneira de responder a esse vazio entre sociedade civil e agências do Estado.

Não se trata de um substituto das formas tradicionais de representação, mas sim da utilização de um instrumento de outra ordem. Por esta razão, tomá-los como frutos espontâneos da solidariedade entre os pobres é diminuir sua importância e não explicar sua extensão e relativa eficácia.

Por outro lado, não se pode compreender essa explosão de movimentos sociais reduzindo-os às antigas associações voluntárias que procuravam funcionar dentro dos princípios do Estado liberal.

Consenso e controle

E preciso reconhecer, para analisar suas funções novas, que esses grupos trazem a marca de uma nova sociabilidade. As comunidades, como o nome indica, são grupos homogêneos que resistem às distinções hierárquicas. Toda discussão (da Bíblia ou das condições de vida) supõe a comunicação de uma experiência que une todos os participantes. O consenso é possível porque o problema de cada um é o problema de todos.

Os bons cidadãos são aqueles que têm uma vida adequada na esfera privada porque, nas discussões, os argumentos tecem conexões entre o sistema político e as dificuldades cotidianas das famílias.

Mas esta não é uma tarefa fácil. A população que vive em nossas periferias urbanas foi sempre bastante excluída da participação cívica. Por isso, as situações onde eles podem opinar e aprender (dimensões muito valorizadas pelos membros das CEBs) cumprem uma função pedagógica de orientação e informação.

Não é por acaso que família, educação e trabalho são temas privilegiados. São estas as áreas em que, mais claramente, diferentes visões de mundo se chocam. Os meios de comunicação de massa e a experiência de vida urbana proporcionam o contato entre distintos sistemas de valores. Por exemplo: as manifestações machistas ou o autoritarismo paterno, aceitáveis no passado em certos contextos sociais, são reprovados em certos setores urbanos.

O fato é que a convivência desarmada entre amigos e iguais permite a elaboração de uma ética mais tolerante e mais adequada à vida atual.

Um dos detalhes que demonstra esta "atualização" dos membros das comunidades é a enorme participação das mulheres. Em quase todas as associações populares atuantes existem lideranças femininas. É óbvio que o papel tradicionalmente reservado à mulher na família propiciava seu interesse pela religião, mas não estimulava sua participação política.

O público das igrejas era majoritariamente constituído por mulheres. Nessas condições as lideranças católicas mais esclarecidas foram forçadas a iniciar seu trabalho procurando criar uma consciência de cidadania e de igualdade entre os sexos.

É difícil mobilizar donas-de-casa sem convencê-las de que têm direitos e deveres políticos iguais aos homens. Isto leva a uma reelaboração das concepções tradicionais do papel de mãe e esposa. É enquanto mães de família e responsáveis pelo lar que estas mulheres saem à frente dos movimentos urbanos.

Ao mesmo tempo, esta presença no espaço público impõe a revisão das obrigações que lhes cabiam no espaço doméstico. A luta por maior igualdade entre os sexos se inicia pela condenação comunitária à violência masculina que no passado fora tolerada. Dado o primeiro passo, passa-se à discussão do alheamento dos pais que devem dividir responsabilidades domésticas com as esposas.

As reuniões periódicas da comunidade procuram estabelecer os passos da caminhada coletiva para construir um mundo melhor. Entre os iguais não há opositores. Os inimigos são sempre os poderosos, porque, pelo menos em princípio, todos os setores de baixa renda são membros possíveis das comunidades e de outros movimentos populares.

O mesmo espírito igualitário pode ser reconhecido em muitas formas associativas contemporâneas. A experiência de ser mulher ou de ser negro é também a condição para a participação ativa nas reivindicações feministas ou anti-racistas. Os grupos "hippies" dos anos 60 procuraram recuperar as utopias comunitárias, reunindo pessoas que abandonavam suas profissões ou seus privilégios para viver coletivamente uma experiência cotidiana que os unia.

As CEBs são também núcleos de uma nova forma de comunicação entre as pessoas. Seria ingênuo, entretanto, admitir que esta sociabilidade se cria espontaneamente e que todas as diferenças desaparecem como por encanto. O outro lado dessa solidariedade entre iguais é a existência de um controle social bastante rígido que propicia a homogeneidade de crenças e de comportamentos.

Os participantes das CEBs dão muita importância tanto à intensa amizade que une o grupo, quanto à moralidade que o sustenta. Existe uma ética subjacente a todas as discussões e que se reafirma na prática pela vigilância de uns sobre os outros. Alguns depoimentos de membros das CEBs (1) são muito claros com relação a estes aspectos:

. . . Não participando na igreja ele não tem meio de participar de uma amizade mais franca no bairro, porque dentro da igreja a gente tem chance de conhecer melhor as pessoas . . .

. . . Hoje eu não vejo nem quem faça por mim, nem eu posso fazer pelos outros . . . Por intermédio de uma igreja que tenha uma sede, faz um campinho de futebol, faz um salãozinho pra dançar, até mesmo que seja discoteque, mas disciplinado, que tão sabendo que onde tá é um lugar de respeito. Tem que existir respeito, então, as pessoas não iam andar com segunda intenção . . .

A vida cotidiana, tanto dos participantes das CEBs, como dos não participantes, é constantemente avaliada no que diz respeito à família, à relação entre gerações ou entre os sexos, às atividades de lazer ou os meios de comunicação de massa. É fácil sentir seu poder para disciplinar os conflitos de todo dia e para relacionar comportamento político e a moralidade das pessoas:

. . . reunindo alguns casais para se conhecerem melhor e discutir assuntos como problemas de família. Por que o marido briga com a mulher, o que falta aos filhos, a falta de dinheiro . . . e foi falta de dinheiro que levou a união do grupo.

. . . as primeiras discussões foram sobre o Evangelho, por meio de cochichos. Depois os grupos se reuniam nas casas e discutiam sobre a participação do Evangelho na vida. As relações entre marido e mulher, pais e filhos, os problemas locais; o lixo que era jogado na Baixada, a falta de água encanada, as favelas, os transportes muito difíceis . . . (2).

As CEBs também representam uma forma de controle sobre as pessoas

(1) Depoimentos apresentados por Teresa Caldeira, no trabalho *CEBs: Uma Igreja para o Povo*.

(2) Entrevistas apresentadas por Cândido Procopio Ferreira de Camargo em *Comunidades Eclesiais de Base*, in Singer, Paul, e Brant Caldeira. Vinicius (orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis, Editora Vozes/CEBRAP, 1981.

Os limites do debate

Neste processo, a Igreja ajudou a desvendar aspectos bastante escondidos da opressão que pesa sobre as mulheres, mas, no âmbito dos grupos católicos, é inevitável que surjam limites neste debate.

Certamente alguns assuntos que interessam ao feminismo — tais como o divórcio, o planejamento familiar, o aborto, a liberdade sexual antes do casamento — dificilmente serão discutidos com liberdade nas CEBs. E, freqüentemente, problemas desta natureza perturbam o cotidiano das classes populares.

Repito, entretanto, que em muitos aspectos, a posição tradicional de submissão e reclusão das mulheres está sendo revista, e este é um bom exemplo da importância da ação das comunidades, ao mesmo tempo que de suas limitações. Destas constatações surge um outro problema: qual o verdadeiro peso das bases neste processo de transformação?

Certamente, todos são livres para opinar e o debate é até provocado. O igualita-

rismo é condição de existência desses grupos e sua grande virtude. Mas as manifestações ficam limitadas por um modelo ético subjacente e um intenso controle que evita divergências.

Nestas condições, as diferenças são trabalhadas em sucessivos encontros até se obter o consenso, e este tem uma grande força. Certamente, ele é mais intenso e por isso mais eficaz em assuntos de natureza moral que em assuntos políticos.

Sei de muitos casos em que, apesar da decisão conjunta de participar em alguma manifestação política, alguns membros das CEBs não cumpriram a decisão. Apesar disto, seu comportamento foi tolerado, mesmo à custa da unidade de ação do grupo. Entretanto, quando o inconformismo diz respeito a condutas familiares (por exemplo, adultério, violência física etc.), a intolerância é muito maior.

E isto é um aspecto curioso porque as CEBs são vistas sempre (por amigos e inimigos) como grupos prioritariamente políticos. Na realidade, seus efeitos mais duradouros parecem estar no campo das virtudes individuais, postas a serviço de uma maior igualdade e tolerância, o que, por sua vez, provoca efeitos políticos.

O primeiro é o funcionamento democrático destas agremiações populares, e o segundo é a defesa de sua própria liberdade. E aqui entramos em terreno difícil, pois combinar liberdade individual e justiça social é ainda um problema não resolvido.

A crítica ao individualismo feita pelos socialistas continua de pé, mas está menos convincente, posto que as economias planificadas têm exigido a limitação das liberdades individuais e das minorias.

Esta nova presença popular no cenário político recoloca velhas questões e abre novos caminhos, mas não elimina sérios impasses. Se para realizar a utopia precisamos comungar dos mesmos valores, o consenso se faz necessário. Mas, no momento em que supõe a homogeneidade, ele passa a ser o reverso da democracia porque elimina a divergência.

Os caminhantes que já sabem o fim da caminhada podem ser tolerantes com os não iniciados, porque querem convencê-los. Mas não podem aceitar como possíveis outras veredas que levem à salvação.



*Rua Augusta, 311. SP São Paulo
Fone: 256.5245*

Novos Estudos Cebrap
SP, v. 1, 2, p. 53-58, abr. 82